



Balço Orçamentário - Sebrae/AL -

2016

R\$ mil

Receitas	Previsão no Ano		Execução		Despesas	Previsão no Ano		Execução	
	Original	(a)	(b)	% (b/a)		Original	(a)	(b)	% (b/a)
Receitas Correntes		53.145	54.737	103,0%	Despesas Correntes		52.174	47.730	91,5%
Contribuição Social Ordinária-CSO		37.499	39.346	104,9%	Pessoal, Encargos e Benefícios		22.222	20.626	92,8%
CSO - SALDO de Exercícios Anteriores		0	0	0,0%	Serviços Prof. e Contratados		19.207	19.096	99,4%
Contribuição Social do Sebrae NA-CSN		10.597	9.935	93,8%	Demais Despesas Operacionais		8.915	5.748	64,5%
Convênios com Sebrae/NA		0	0	0,0%	Encargos Diversos		787	700	89,0%
Convênios com Parceiros		1.927	1.493	77,5%	Transferências (Parceiros)		1.042	1.560	149,7%
Aplicações Financeiras		980	2.482	253,2%					
Empresas Beneficiadas		2.042	1.327	65,0%					
Outras Receitas		100	155	154,5%					
Déficit Corrente			-		Superávit Corrente			7.007	
Receitas de Capital		0	36	0,0%	Despesas de Capital		1.000	1.227	122,7%
Alienação de Bens		0	36	0,0%	Investimentos / Outros		182	149	81,7%
Operações de Crédito		0	0	0,0%	Amortização de Empréstimos		818	1.078	131,8%
Saldo de Exercícios Anteriores		3.400	-	-	Fundo de Reserva		3.371	-	-
Receitas Totais		56.545	54.773	96,9%	Despesas Totais		56.545	48.956	86,6%
Resultado - Déficit			-		Resultado - Superávit			5.817	
Total Geral		56.545	54.773	96,9%	Total Geral		56.545	54.773	96,9%

Fonte: Sebrae NA/UGOC-SME

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2016 Sebrae/AL**

R\$ mil

APLICAÇÃO DOS RECURSOS POR TIPOLOGIA		jan-dez
TIPOLOGIA	R\$	%
Atendimento	36.507	74,6%
Desenvolvimento de Produtos e Serviços	236	0,5%
Articulação Institucional	2.361	4,8%
Gestão Operacional	9.852	20,1%
Investimento/Inversão	0	0,0%
TOTAL	48.956	100,0%

Fonte: Sebrae NA/UGOC - SME



Demonstrações Financeiras

4º TRIMESTRE – 2016

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas - SEBRAE/AL

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2016		31/12/2015	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	17.919	13.648		
Aplicações financeiras	5	1.572	1.364		
Valores a receber	6	347	292		
Numerais vinculados a convênios e programas	7	447	1.635		
Adiantamentos concedidos		506	509		
Créditos com o Sistema SEBRAE	8	2.367	2		
Transações com convênios a executar	9	1.797	1.885		
Outros créditos	10	885	287		
Total do ativo circulante		25.840	19.622		
Ativo não circulante					
Depósitos judiciais	16	54	42		
Imobilizado	11	13.143	13.683		
Total do ativo não circulante		13.197	13.725		
Total do ativo		39.037	33.347		
Passivo circulante					
Benefícios a empregados de curto prazo e obrigações fiscais	12	929	970		
Obrigações com convênios e contratos	13	674	957		
Contas a pagar a fornecedores e outros	14	3.168	4.202		
Obrigações trabalhistas	15	2.855	2.720		
Obrigações com o Sistema SEBRAE	8	3.315	2.367		
Total do passivo circulante		10.941	11.216		
Passivo não circulante					
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	16	983	1.741		
Obrigações com o Sistema SEBRAE	8	293	889		
Total do passivo não circulante		1.276	2.630		
Total do passivo		12.217	13.846		
Patrimônio líquido					
Superávits acumulados	17	19.126	11.720		
Ajustes de avaliação patrimonial		7.694	7.781		
Total do patrimônio líquido		26.820	19.501		
Total do passivo e patrimônio líquido		39.037	33.347		

MARCOS ANTONIO DA ROCHA VIEIRA
DIRETOR SUPERINTENDENTE

JOSE ROBERVAL CABRAL DA SILVA GOMES
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

RONALDO DE MORAES E SILVA
DIRETOR TÉCNICO

ROSINEIDE DOS SANTOS SILVA
CONTADORA - CRC/AL - 006941/O-1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas - SEBRAE/AL**Demonstrações dos resultados**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Receitas			
Receitas com contribuição social e nacional (CSO e CSN)	18	49.397	63.911
Receitas de empresas beneficiadas	19	1.338	1.528
Receitas de convênios, subvenções e auxílios financeiros	20	1.493	2.401
Outras receitas operacionais	21	1.383	1.192
Total das receitas		<u>53.611</u>	<u>69.032</u>
Despesas			
Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais	22	(20.614)	(20.005)
Despesas com serviços profissionais e contratados	23	(19.097)	(33.725)
Custos e despesas com operacionalização	24	(5.753)	(12.059)
Despesas com programas e convênios	25	(1.517)	(1.386)
Despesas com provisões		(197)	(558)
Despesas com depreciação e amortização		(688)	(635)
Outras		(804)	(872)
Total das despesas		<u>(48.670)</u>	<u>(69.240)</u>
Déficit antes do resultado financeiro líquido		4.941	(208)
Receitas financeiras	26	2.482	2.346
Despesas financeiras	26	(104)	(86)
Resultado financeiro líquido		2.378	2.260
Superávit (déficit) do exercício		7.319	2.052



MARCOS ANTONIO DA ROCHA VIEIRA
DIRETOR SUPERINTENDENTE



JOSÉ ROBERVAL CABRAL DA SILVA GOMES
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



RONALDO DE MORAES E SILVA
DIRETOR TÉCNICO



ROSINEIDE DOS SANTOS SILVA
CONTADORA - CRC/AL - 006941/O-1

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas - SEBRAE/AL

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

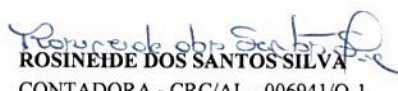
(Em milhares de Reais)

	31/12/2016	31/12/2015
Superávit (déficit) do exercício	7.319	2.052
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	7.319	2.052


MARCOS ANTONIO DA ROCHA VIEIRA
DIRETOR SUPERINTENDENTE


JOSÉ ROBERVAL CABRAL DA SILVA GOMES
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS


RONALDO DE MORAES E SILVA
DIRETOR TÉCNICO


ROSINEIDE DOS SANTOS SILVA
CONTADORA - CRC/AL - 006941/O-1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas - SEBRAE/AL

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido


Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Superávits acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2015	9.580	7.869	17.449
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	88	(88)	-
Superávit do exercício	2.052	-	2.052
Saldo em 31 de dezembro de 2015	11.720	7.781	19.501
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	87	(87)	-
Superávit do exercício	7.319	-	7.319
Saldo em 31 de dezembro de 2016	19.126	7.694	26.820


MARCOS ANTONIO DA ROCHA VIEIRA
DIRETOR SUPERINTENDENTE


JOSÉ ROBERVAL CABRAL DA SILVA GOMES
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS


RONALDO DE MORAES E SILVA
DIRETOR TÉCNICO


ROSINEIDE DOS SANTOS SILVA
CONTADORA - CRC/AL - 006941/O-1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas - SEBRAE/AL

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	7.319	2.052
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	688	635
Baixa do ativo imobilizado	-	31
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	284	(533)
Provisão para imposto de renda sobre aplicação financeira	33	26
Reversão de provisão de causas trabalhistas	(1.042)	830
Reversão de provisão para remuneração variável	(286)	(216)
	6.996	2.825
Redução (aumento) nos ativos		
Valores a receber	(55)	(111)
Numerários vinculados a convênios e programas	1.188	509
Adiantamentos concedidos	3	(69)
Créditos com o Sistema SEBRAE	(2.365)	287
Transações com convênios a executar	88	129
Outros créditos	(598)	236
Depósitos judiciais	(12)	(29)
Subtotal	(1.751)	952
Aumento (redução) nos passivos		
Benefícios a empregados de curto prazo e obrigações fiscais	(41)	(98)
Obrigações com convênios e contratos	(283)	(544)
Contas a pagar a fornecedores e outros	(1.034)	1.297
Obrigações trabalhistas	421	445
Obrigações com o Sistema SEBRAE	1.430	337
Subtotal	493	1.437
Caixa gerado pelas atividades operacionais	5.738	5.214
Juros pagos	(77)	(105)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	5.661	5.109
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Adições nas aplicações financeiras	(241)	(240)
Adições ao ativo imobilizado	(148)	(218)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	(389)	(458)
Fluxo de caixa das atividades de Financiamento		
Amortização de operações com SEBRAE Nacional	(1.001)	(731)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(1.001)	(731)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	13.648	9.728
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	17.919	13.648

MARCOS ANTONIO DA ROCHA VIEIRA
DIRETOR SUPERINTENDENTE

JOSÉ ROBERVAL CABRAL DA SILVA GOMES
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

RONALDO DE MORAES E SILVA
DIRETOR TÉCNICO

ROSINEIDE DOS SANTOS SILVA
CONTADORA - CRC/AL - 006941/O-1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas (“SEBRAE/AL” ou “Entidade”) é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituída sob a forma de serviço social autônomo, regulada por estatuto, tendo por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; da facilitação do acesso ao crédito; da capitalização e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresas; da ciência, tecnologia e meio ambiente; da capacitação gerencial e da assistência social, em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento. A Sede da Entidade está localizada à Rua Dr. Marinho de Gusmão, nº 46, Centro, Maceió, Alagoas.

O âmbito de atuação do SEBRAE/AL constitui-se no apoio às micro e pequenas empresas do Estado de Alagoas, com vistas à melhoria do seu resultado e ao fortalecimento do seu papel social.

O SEBRAE/AL recebe recursos oriundos do SEBRAE/Nacional que é o responsável pelos repasses de recursos aos Estados e Distrito Federal para manutenção de suas atividades e projetos, conforme a Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, mediante contribuição fiscal das empresas privadas instaladas no País. Para manutenção de suas atividades poderá, eventualmente, promover a venda de produtos e a prestação de serviços ligados aos seus objetivos, sendo os resultados auferidos aplicados integralmente na manutenção das atividades. As unidades do Sistema SEBRAE dos Estados e do Distrito Federal têm autonomia financeira, administrativa e contábil, sendo constituídas como entidades juridicamente autônomas.

A Entidade tem como associados:

SEBRAE Nacional e demais SEBRAE’s dos outros estados da federação;

Federação do Comércio do Estado de Alagoas - FECOMÉRCIO;

Federação das Indústrias do Estado de Alagoas - FIEA;

Federação das Associações Comerciais do Estado de Alagoas - FEDERALAGOAS;

Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Alagoas - FAEAL;

Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Alagoas - FCDL;

Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB;

Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE;

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo - SEDETUR

Universidade Federal de Alagoas - UFAL;

Banco do Brasil - BB;

Caixa Econômica Federal - CEF;

Instituto Euvaldo Lodi - IEL;

Cooperativa de Colonização Agropecuária e Industrial Pindorama Ltda.; e

Associação de Microcrédito e Desenvolvimento Sócio Econômico de Alagoas - AMICRED.

O SEBRAE/AL é uma entidade isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Lei nº 9.532/97, art. 15 § 1º), por ser uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços sociais autônomos para os quais foi instituída. Considera-se Entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (art. 15, § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, art. 10).

Estará fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos. Assim, os rendimentos e os ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de rendas fixa e variável não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/97, art. 12 § 2º e art. 15 § 2º).

Com relação à tributação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, o inciso X do art. 14 e o inciso VI do art. 13, ambos da Medida Provisória nº 2.158-35/2001 determinam que as receitas da atividade própria são isentas para serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), por meio do art. 47 da Instrução Normativa da nº 247/2002, definiu o conceito de receitas da atividade própria, como sendo as derivadas das atividades próprias somente aquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Além de parecer do tributarista Dr. Roque Carrazza, que concluiu estar o SEBRAE sob a égide constitucional da imunidade tributária, a 13ª. Vara Federal de Porto Alegre, em resposta a uma ação ordinária impetrada por uma unidade regional integrante do Sistema SEBRAE, expediu despacho/decisão de 1ª. instância, de que o art. 47 da referida IN é ilegal, e portanto, não restringe a isenção da Cofins de que trata a MP nº 2.158-35/2001. Essa decisão do Poder Judiciário Federal encontra-se atualmente vigente até a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

Mesmo que a decisão judicial despachada conforme acima venha a não se perpetuar ao longo do trâmite judicial nas instâncias superiores, esta administração entende que a Entidade se enquadraria no regime não-cumulativo, segundo o disposto no art. 1º da Lei nº 10.833/2003. De acordo com esse regime, nenhuma obrigação seria devida pela Entidade considerando que os gastos diretos aplicados aos projetos superam as respectivas receitas de serviços.

2 Base de apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade e base de mensuração

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A Diretoria Executiva/Superintendência da Entidade aprovou a emissão destas demonstrações financeiras em 07 de fevereiro de 2017.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a revisão da vida útil sobre o ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 11), provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota Explicativa nº 16) e os ativos, passivos e premissas de aposentadoria e demais benefícios de risco relativos a planos de benefícios pós-emprego (Nota Explicativa nº 27).

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua, pelo menos anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

a. Premissas de cálculos atuariais sobre o plano de benefícios de risco pós-emprego

O valor atual de obrigações de benefícios de risco a empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para o plano, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações do plano.

A Entidade determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações do plano. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Entidade considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. (informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 27).

b. *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

A Entidade reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas em bases mensais. (Nota Explicativa nº 16).

c. *Depreciação de ativos tangíveis*

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais que variam entre 1% a 25%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis (Nota Explicativa nº 11).

2.3 Questões de continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Sebrae/AL conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamentos nos próximos exercícios pelo fato de ter suas receitas de CSO/CSN já aprovadas pelo CDN para os exercícios de 2017/2018

O Sebrae/AL apresentou um Superávit de R\$ 7.319 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, nessa data, o ativo circulante excede o passivo circulante em R\$ 14.899.

3 Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas foram aplicadas de forma consistente com todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, a menos quando divulgado de forma diversa.

a. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

As receitas de Contribuição Social Ordinária - CSO são relacionadas com as transferências periódicas do SEBRAE Nacional para a Entidade, cujo registro é efetuado a partir do momento em que o direito ocorre, sendo normalmente recebida no mês de sua competência (Nota Explicativa nº 18). Essas receitas são relacionadas às transferências sistêmicas e periódicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB originadas do Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS (Lei nº 8.154 de 28 de dezembro de 1990 - contribuição para fiscal das empresas privadas instaladas no país) ao SEBRAE Nacional, que por sua vez repassa os recursos às Unidades regionais do Sistema SEBRAE.

As receitas de Contribuição Social Nacional - CSN são relacionadas com a execução dos projetos eleitos para o exercício e apropriada a partir da execução dos projetos (Nota Explicativa nº 18).

As receitas de convênio com parceiros são apropriadas de acordo com a execução das despesas correlatas aos respectivos convênios de origem (Nota Explicativa nº 20).

As receitas de empresas beneficiadas são reconhecidas quando da efetiva prestação do serviço (Nota Explicativa nº 19).

b. Instrumentos financeiros não derivativos

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade classifica os seus ativos financeiros não derivativos como valores a receber, numerários vinculados a convênios e programas, adiantamentos concedidos, créditos com o sistema SEBRAE, transações com convênios a executar e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Numerários vinculados a convênios e programas não compõem este grupo contábil. (Nota Explicativa nº 4).

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Entidade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: obrigações com convênio e contratos, contas a pagar a fornecedores e outros, e obrigações com o sistema SEBRAE.

Contas a pagar a fornecedores e outros

As contas a pagar a fornecedores e outros são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades estatutárias e são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no curso normal, por até 12 meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, se necessário, mensurado pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros. (Nota Explicativa nº 14).

(iii) Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

c. Classificação entre circulante e não circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações financeiras são considerados como não circulantes.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e o passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido como provisões no passivo. (Nota Explicativa nº 11)

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada dos bens. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

A média das vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo estão apresentados na nota 11.

e. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*Impairment*)

Os ativos não financeiros, incluindo o ativo imobilizado, são revistos para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. (Nota Explicativa nº11).

f. Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para a solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação passa a ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 e consideram as premissas definidas pela Administração da Entidade e seus assessores jurídicos. (Nota Explicativa nº 16)

g. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de remuneração em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. (Nota Explicativa nº 12)

Benefícios pós-emprego

A Entidade é uma das patrocinadoras solidárias do plano de benefícios SEBRAEPREV, administrado e executado pelo SEBRAE Previdência - Instituto SEBRAE de Seguridade Social. O plano possui características de contribuição definida cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas, exceto pelo risco vinculado à projeção de contribuições em caso de invalidez ou morte. Essa parcela de risco gera a obrigação atuarial de benefício pós-emprego sob a qual a Entidade reconhece uma despesa de benefícios a empregados no resultado de cada exercício durante a carreira ativa de sua população.

Para apurar o valor da obrigação atuarial relativo aos benefícios de risco, a Entidade contrata anualmente um atuário qualificado. (Nota Explicativa nº 27).

4 Caixa e equivalentes de caixa

São disponibilidades imediatas em caixa e em contas-correntes bancárias, cuja posição, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, se encontram a seguir descritas:

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa - fundo fixo	10	11
Banco conta movimento (i)	45	21
Aplicações financeiras de liquidez imediata (ii)	17.864	13.616
Total	17.919	13.648

(i) São disponibilidades imediatas em caixa e em contas-correntes bancárias, cuja posição, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Banco do Brasil	3	3
Caixa Econômica Federal	5	14
Banco do Nordeste	37	4
Total	45	21

(ii) São aplicações financeiras, com disponibilidades imediatas que atendem aos requisitos de caixa e equivalentes de caixa, cuja posição, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, conforme demonstrado a seguir:

Aplicações Financeiras	Modalidade do fundo	31/12/2016	31/12/2015
Banco do Brasil (ii)	BB Milênio 10	14.168	10.316
Caixa Econômica Federal (ii)	FIF Caixa	3.726	3.300
Provisão para IRRF (iii)		(30)	-
Total		17.864	13.616

(iii) Refere-se à estimativa da provisão de imposto de renda na fonte sobre os rendimentos das aplicações financeiras.

Demonstração dos rendimentos das quotas

Bancos	Total de cotas do fundo em 31/12/2016	Cotas SEBRAE/AL	Representatividade SEBRAE/AL no FI (%)	Valor unitário da cota 31/12/2016	Fundo exclusivo	Tipo	Valor contábil em 31/12/2016
Banco do Brasil Caixa Econômica Federal	241.288.398	1.787.835	0,7410	7,924571	Não	Renda Fixa	14.144
	179.241.089	476.113	0,2656	7,827084	Não	Renda Fixa	3.720
							17.864

5 Aplicações financeiras

Aplicações Financeiras	Modalidade do fundo	31/12/2016	31/12/2015
Banco do Nordeste (ii)	BNB FI DI Especial F	1.575	1.389
Provisão para IRRF (iii)		(3)	(25)
Total		1.572	1.364

- (iv) Todas as aplicações financeiras são classificadas como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado. As aplicações em fundos são atualizadas com base na cota divulgada em cada mês. O valor justo dos ativos é igual ao valor contábil registrado.
- (v) Refere-se à estimativa da provisão de imposto de renda na fonte sobre os rendimentos das aplicações financeiras.

Demonstração dos rendimentos das quotas

Bancos	Total de cotas do fundo em 31/12/2016	Cotas SEBRAE/AL	Representatividade SEBRAE/ AL no FI (%)	Valor unitário da cota 31/12/2016	Fundo exclusivo	Tipo	Valor contábil em 31/12/2016
Banco do Nordeste	45.729.857	147.657	0,3229	10,663404	Não	Renda Fixa	1.572
							1.572

6 Valores a receber

	31/12/2016	31/12/2015
Créditos a receber (i)	29	34
Cheques e cartão de crédito (ii)	318	258
Total	347	292

- (i) Créditos referentes às operações de prestação de serviços de cursos, consultorias, palestras, elaboração de projetos e realização de feiras e eventos.
- (ii) Refere-se a cheques e cartão de crédito com possibilidades de recebimentos com processos iniciados oriundos de prestação de serviços de cursos, consultorias, palestras, elaboração de projetos e realização de feiras e eventos.

7 Numerários vinculados a convênios e programas

	31/12/2016	31/12/2015
Contas correntes - Banco do Brasil (a)	2	3
Aplicações financeiras convênios - Banco do Brasil (b)	445	1.632
Total	447	1.635

Os valores reservados aos convênios e programas sob execução do SEBRAE/AL são apresentados separadamente da rubrica “Caixa e Equivalentes de Caixa”, pois não constituem disponibilidade para a manutenção dos processos administrativos e operacionais da Entidade, conforme pronunciamento técnico CPC 03.

Bancos	Total de cotas do fundo em 31/12/2016	Cotas SEBRAE/AL	Representatividade SEBRAE/ AL no FI (%)	Valor unitário da cota 31/12/2016	Fundo exclusivo	Tipo	Valor contábil em 31/12/2016
Banco do Brasil - Convênios	241.288.398	30.261	0,0125	7,924571	Não	Renda Fixa	445

- (a) Os saldos das contas vinculadas a convênios compreendem a soma dos aportes financeiros de parceiros e a contrapartida do próprio SEBRAE/AL. A utilização de conta única para movimentação e aporte financeiro está prevista em contrato. As obrigações com parceiros em face dos depósitos recebidos são registradas na rubrica “Obrigações com Convênios e Contratos”, detalhados na Nota Explicativa nº 13.
- (b) O saldo da conta vinculada a CSN é proveniente de recursos recebidos do SEBRAE/NA destinados a chamadas públicas, projetos especiais e projetos estruturantes, sendo baixado mensalmente ao longo do exercício de acordo com

as despesas executadas em cada projeto, registrado na rubrica "Transações do sistema SEBRAE", detalhados na Nota Explicativa nº8.(b)

8 Transações com partes relacionadas

São definidos como partes relacionadas os seguintes entes:

Quaisquer entidades integrantes do Sistema SEBRAE

Pessoal chave da Administração

Fundo de Previdência Privada (SEBRAEPREV)

As transações com as partes relacionadas estão resumidas conforme a seguir:

Transações com o Sistema SEBRAE

	31/12/2016	31/12/2015
Recursos de CSN a receber	185	2
Recursos de CSO a receber (2)	<u>2.182</u>	<u>-</u>
Total	<u>2.367</u>	<u>2</u>

Em 6 de julho de 2016, o SEBRAE Nacional emitiu nova redação para a IN 37, normativo que trata sobre os critérios e procedimentos da execução orçamentária e financeira no âmbito do Sistema SEBRAE. As alterações estão suportadas pela Nota Técnica UGOC nº 09/2016, de 6 de junho de 2016, aprovada pela Diretoria do SEBRAE Nacional, e que produziu, resumidamente, as seguintes alterações:

1. Eliminação da regra de transferência de recursos CSO aos SEBRAEs estaduais com base na capacidade de execução de gastos (90%) e mediante valores previamente orçados, passando a ser com base nos valores efetivamente arrecadados e transferidos pela Receita Federal do Brasil ao SEBRAE Nacional. Essa nova sistemática de repasse passou a valer da data de aprovação da IN 37 em julho de 2016, porém, com referência desde a data-base de janeiro de 2016. Consequentemente, também, passou a ser eliminada, a partir do exercício de 2016, a figura de CSO – Saldo (eventual diferença positiva entre os valores arrecadados e não repassados pelo SEBRAE Nacional aos SEBRAEs regionais, cujos repasses eram condicionados a eventos futuros).
2. Configuração da obrigação corrente, a partir da vigência da IN 37 alterada em julho de 2016, do SEBRAE Nacional perante aos SEBRAEs regionais de repasse de quaisquer recursos de CSO – Saldo ainda não repassados e derivados de exercícios anteriores. Configuração da obrigação corrente, a partir da vigência da IN 37 alterada em julho de 2016, do SEBRAE Nacional perante aos SEBRAEs regionais de repasse de quaisquer recursos de CSO – Saldo ainda não repassados e derivados de exercícios anteriores.

Assim, estas demonstrações financeiras contemplam o registro no ativo circulante (Transações com o Sistema SEBRAE) do valor total de R\$ 2.182, sendo que a liquidação financeira ocorrerá nos meses subsequentes.

a. Créditos com o sistema SEBRAE

b. Obrigações com o sistema SEBRAE

	31/12/2016	31/12/2015
CSN a devolver (ii)	2.702	1.349
Adiantamentos do SEBRAE/NA (iii)	906	1.907
Total	3.608	3.256
Circulante	3.315	2.367
Não circulante	293	889
Total	3.608	3.256

(ii) Por ocasião do encerramento do exercício, conforme prevê a IN 37-19, o valor da CSN não utilizado será devolvido ao SEBRAE/NA. O registro mensal da receita CSN é feito com base nas informações do relatório de transferência do Sistema de Monitoramento Estratégico (SME). Ao final do exercício os acertos contábeis no SEBRAE/AL e no SEBRAE/NA deverão manter o equilíbrio entre os registros de direito e obrigação entre as partes. As informações do relatório de transferência de CSN do SME serão utilizadas como única fonte de informação para o acerto final do exercício.

(iii) Estão contabilizados ainda nesta rubrica, os adiantamentos recebidos através do SEBRAE/NA para fazer face aos programas de imobilizações com vistas à aquisição de imóvel para ampliação das instalações da sede do SEBRAE/AL e do Programa de Readequação Organizacional (PRO) que visa o desligamento incentivado de funcionários.

Em 31 de dezembro de 2016, a entidade apresenta saldo de empréstimos com o sistema Sebrae no montante de R\$ 906 e em 2015: R\$ 1.908, correspondente aos programas de imobilizações com vistas à aquisição de imóvel para ampliação das instalações da sede do SEBRAE/AL, do Programa de Readequação Organizacional (PRO) que visa o desligamento incentivado de funcionários e aquisição de licença microsoft.

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	1.908	2.045
Captação	-	594
Juros incorridos	76	105
Pagamentos principal/juros	(1.078)	(836)
Saldo Final	906	1.908
Circulante		
	613	1.018
Não Circulante	293	890

Termos e condições

Contrato	Data	Modalidade	Moeda	Indexador	Taxa	Ano vencto.	2016	2015
365/2013	09/09/2013	Mútuo com SEBRAE Nacional	R\$	TJLP	6,5% a.a.	set/18	684	996
153/2014	11/04/2014	Mútuo com SEBRAE Nacional	R\$	TJLP	6,5% a.a.	nov/16	-	392
538/2014	out/15	Mútuo com SEBRAE Nacional	R\$	-	-	set/17	222	520
Total							906	1.908

O Sebrae Alagoas celebrou empréstimos com o Sebrae Nacional no montante de R\$ 4.594 mil, conforme descritos a seguir:

Contrato 365/13, no montante de R\$ 1.600 em 09 de setembro de 2013, com vistas a aquisição de imóvel para ampliação das instalações da sede do Sebrae Alagoas, liberado em uma única parcela. 120 (cento e vinte) dias após o desembolso do empréstimo, o Sebrae Alagoas deverá encaminhar ao Sebrae Nacional, o comprovante da compra do registro do imóvel. O valor contratado será pago em 60 parcelas, corrigidos pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, com vencimento da primeira parcela em outubro de 2013 e da última em setembro de 2018, com comprometimento anual máximo da receita advinda da contribuição social ordinária de até 1,04%.

Contrato 153/2014, no montante de R\$ 2.400 em 11 de abril de 2014, para realização do Programa de Readequação Organizacional (PRO) que visa o desligamento incentivado de funcionários, em parcela única imediatamente após a assinatura do presente contrato. O Sebrae Alagoas compromete-se a saldar sua obrigação em 30 parcelas mensais, corrigidos pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, com vencimento da primeira parcela em junho de 2014 e da última em novembro de 2016.

Contrato de adesão 538/2014 - O SEBRAE/NA realizou a compra de licenças Microsoft objetivando atender todo o Sistema SEBRAE. O valor do SEBRAE/AL foi de R\$ 594 descontado em 24 parcelas fixas através da CSO, com vencimento da primeira parcela em outubro de 2015 e da última em setembro de 2017.

Nota: Tendo em vista que somente 07 (sete) colaboradores aderiram ao Programa de Readequação Organizacional - PRO, o SEBRAE/AL devolveu em 15/12/2014 o montante de R\$ 1.128 do saldo não utilizado no objeto do contrato, evitando dessa forma a cobrança da taxa de juros de longo prazo - TJLP. Consequentemente, as parcelas vincendas tiveram seus valores reduzidos, permanecendo inalterado o prazo para pagamento das parcelas contratadas.

b.1 Cronograma de amortização da dívida

Vencimento	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
2016	-	-	1.051	55%
2017	613	68%	585	31%
2018	293	32%	272	14%
Total	906	100%	1.908	100%

b.2 Quebra de cláusulas contratuais (covenants)

O contrato contém cláusula que estabelece que a não aplicação do recurso liberado pelo Sebrae Nacional, será motivo de rescisão, e os valores remanescentes em débitos serão descontados, de uma só vez, da primeira transferência ordinária a que tenha direito e que se seguir à inadimplência.

c. Transações de resultado - Receitas

	2016	2015
Contribuição Social Ordinária (CSO)	39.316	38.799
Contribuição Social Ordinária (CSO) - Saldo	146	1.491
Contribuição Social Nacional (CSN)	9.935	23.531
Contribuição Social Ordinária (CSO) - Ressarcimentos	-	90
Total	49.397	63.911

As transações que afetam o resultado correspondem às contribuições sociais, conforme distribuição definida pelo SEBRAE/NA, com base na arrecadação do ano anterior acrescido da expectativa de aumento previsto para o exercício atual.

d. Operações com pessoal-chave da Administração

Empréstimos para diretores

A Entidade não concede empréstimos a diretores e a outros dirigentes.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Contemplam os membros do Conselho Deliberativo, Fiscal e Diretoria Executiva. De acordo com o art.9º., inciso VII do Estatuto Social do SEBRAE Nacional e Art. 6º. do Estatuto Social do SEBRAE/AL é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativos e Fiscal. É competência dos Conselhos Deliberativo Nacional - CDN e Estadual - CDE a definição de remuneração e benefícios da Diretoria Executiva. A seguir, quadro demonstrativo com valores acumulados de remuneração do pessoal chave da Administração:

Descrição	2016	2015
Remuneração	(1.178)	(1.112)
Benefícios	(189)	(167)
Total	(1.367)	(1.279)

9 Transações com convênios a executar

Parceiros	Cod. convênio	31/12/2016	31/12/2015
SENAI	20/10	312	312
MOVIMENTO ALAGOAS COMPETITIVA	06/15	-	259
RMAL	01/14	208	180
FEDERALAGOAS	05/15	173	173
SINDIPAN	09/15	176	157
SINDUSCON	08/15	179	155
SENAR	01/15	141	132
SINDICER	09/14	108	104
ICTAL	10/11	-	92
FAPEC	04/14	84	84
FEJAL	05/14	40	64
UFAL	12/14	64	64
SINPLAST	05/13	-	55
SENAR	10/15	29	29
ASSOC. JR	08/14	-	25
IEL	01/16	100	-
MOVIMENTO ALAGOAS COMPETITIVA	02/16	110	-
UFAL	04/16	43	-
SINDICER	05/16	30	-
Total		<u>1.797</u>	<u>1.885</u>

Referem-se a recursos de convênios repassados as entidades parceiras que ainda não foram executados.

10 Outros créditos

Esse grupo de contas representa os valores a receber de convênios com outras Entidades; depósitos de cauções recebidos em garantia de contratos de fornecedores decorrentes de processos licitatórios; pagamentos contratados em determinado período serão apropriados como despesas nos meses subsequentes (prêmios de seguros, IPTU, IPVA), bem como os ressarcimentos de assistência médica de funcionários afastados.

	31/12/2016	31/12/2015
Convênios a receber de outras entidades	759	169
Depósitos restituíveis e valores vinculados	82	84
Despesas pagas antecipadamente	36	23
Outros créditos	<u>8</u>	<u>11</u>
Total	<u>885</u>	<u>287</u>

11 Imobilizado

A seguir a movimentação do ativo imobilizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

	Taxa anual de depreciação	Saldo em 31/12/2015	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/12/2016
Custo					
Terreno	-	5.165	-	-	5.165
Edificações	4%	8.048	-	-	8.048
Móveis e utensílios	5,28%	985	5	-	990
Veículos e acessórios	20% e 25%	724	103	(88)	739
Máquinas e equipamentos	5,16%	1.628	18	-	1.646
Equipamentos de informática	35,56%	2.950	22	-	2.972
Instalações	10%	611	-	-	611
Aquisições em andamento	-	-	-	-	-
Bens de terceiros	4% e 15%	529	-	-	529
				-	
Total do custo		20.640	148	(88)	20.700
Total da depreciação acumulada		(6.957)	(688)	88	(7.557)
Total líquido		13.683	(540)	-	13.143

	Taxa Anual de depreciação	Saldos em 31/12/2014	Aquisições	Transfe rências	Baixas	Saldos em 31/12/2015
Custo						
Terreno	-	5.165	-	-	-	5.165
Edificações	4%	8.048	-	-	-	8.048
Móveis e utensílios	5,28%	997	19	-	(31)	985
Veículos e acessórios	20% e 25%	636	-	195	(107)	724
Máquinas e equipamentos	5,19%	1.575	52	3	(2)	1.628
Equipamentos de informática	34,44%	2.678	147	197	(72)	2.950
Instalações	10%	611	-	-	-	611
Aquisições em andamento	-	726	-	(697)	(29)	-
Bens de terceiros	4%	227	-	302	-	529
Total do custo		20.663	218	-	(242)	20.640
Total da depreciação acumulada		(6.532)	(635)		210	(6.957)
Total líquido		14.131	(417)		(31)	13.683

No exercício de 2016 não houve movimentação de transferências no ativo imobilizado.

A cada encerramento de exercício financeiro há revisão da vida útil dos itens do ativo imobilizado. As alterações de vida útil são refletidas de forma prospectiva na apuração das despesas com depreciação.

12 Benefícios a empregados de curto prazo e obrigações fiscais

	31/12/2016	31/12/2015
Obrigações fiscais a recolher	508	565
Encargos sociais a recolher	408	383
Consignações da folha de pagamento	13	22
Total	929	970

13 Obrigações com convênios e contratos

	31/12/2016	31/12/2015
Convênio SEPLANDE/PAPL 01/2013	207	527
Convênio SEAGRI 06/2013	167	223
Convênio SEBRAE/SINDIPAN	84	58
Convênio SINDUSCON	44	43
Convênio SEPLANDE/FIEA 06/2012	152	42
Convênio SEPLANDE QUÍMICA 05/2013	-	37
Convênio PETROBRÁS 22/2012	-	25
Convênio SEBRAE/SEDETUR	-	2
Convênio SEBRAE/BRASKEN	20	-
Total	<u>674</u>	<u>957</u>

Referem-se a recursos recebidos de parceiros nos respectivos convênios que serão utilizados na execução de projetos. Após a execução e comprovação dos gastos efetuados, esses montantes serão apropriados ao resultado como receitas de convênios e subvenções.

14 Contas a pagar a fornecedores e outros

	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores (a)	3.086	4.045
Outras obrigações (b)	<u>82</u>	<u>157</u>
Total	<u>3.168</u>	<u>4.202</u>

- (a) Referem-se, substancialmente, a obrigações contratadas junto a fornecedores de materiais e serviços para manutenção das atividades da Entidade.
- (b) Referem-se, substancialmente a depósitos e cauções e adiantamentos de clientes.

15 Obrigações trabalhistas

	31/12/2016	31/12/2015
Férias e encargos (i)	1.917	1.800
Remuneração variável (ii)	<u>938</u>	<u>920</u>
Total	<u>2.855</u>	<u>2.720</u>

- (i) Corresponde às provisões de férias e os respectivos encargos sociais pertinentes, constituídas em função dos direitos adquiridos pelo quadro de pessoal até a data do balanço.
- (ii) A remuneração variável 2016 será calculada tendo como base o desempenho geral do SEBRAE/AL, da equipe e individual, conforme SGP 7.0 aprovado pelo CDE em agosto de 2014 que regulamenta seus percentuais para pagamento.

16 Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

A seguir demonstramos a composição das obrigações, por natureza, relacionadas aos processos judiciais e administrativos classificados pela assessoria interna do SEBRAE/AL como risco “provável” de perda:

	Depósitos judiciais		Provisão	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Riscos cíveis e trabalhistas	54	42	983	1.741
Total	54	42	983	1.741

A movimentação do saldo da conta de provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi a seguinte:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	1.741	2.038
Reversão da provisão	(1.042)	(830)
Incremento da provisão	284	533
Saldo final	983	1.741

As provisões foram constituídas com base no parecer da assessoria jurídica do SEBRAE/AL.

No período analisado a Entidade apresentou reversão referente a reclamações trabalhistas no montante de R\$ 1.042, devido à mudança de exposição de processos desta natureza de probabilidade provável para remota, com base em avaliação de assessores jurídicos do SEBRAE/AL.

17 Patrimônio líquido

a. Composição do patrimônio líquido

O patrimônio líquido é representado pelos superávits / (déficits) acumulados, pelo saldo de reserva de reavaliação, bem como pelo saldo de ajuste de avaliação patrimonial representado pela mais valia do custo atribuído dos bens do ativo imobilizado quando da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27, sendo este realizado de acordo com a depreciação dos bens de origem.

b. Superávits acumulados

Refere-se aos resultados apurados em exercícios anteriores.

c. Superávit (déficit) do exercício

Representa o resultado auferido no exercício social corrente. Após deliberação pela Administração, esses valores são absorvidos pela conta de superávits (déficits) acumulados.

18 Receitas com contribuição social (CSO e CSN)

	31/12/2016	31/12/2015
Contribuição Social Ordinária - CSO (a)	39.316	38.799
Contribuição Social Ordinária - Saldo (CSO saldo) (b)	146	1.491
Contribuição Social do Nacional - CSN (c)	9.935	23.531
Contribuição Social Ordinária - CSO Ressarcimentos (d)	-	90
Total	49.397	63.911

- (a) Contribuição Social Ordinária (CSO)
Nesta conta são registradas as contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE Nacional, com base na arrecadação do ano anterior acrescida da expectativa de aumento previsto para o exercício atual.
- (b) Contribuição Social Ordinária - Saldo (CSO saldo)
São alocadas as receitas incorporadas na programação do exercício oriundas de saldos orçamentários de exercícios anteriores.
- (c) Contribuição Social Nacional (CSN)
São alocadas as receitas a título de contribuição de programação adicional transferidas pelo SEBRAE/NA de competência do exercício corrente. Estão diretamente vinculadas à execução de projetos finalísticos, dessa forma, o reconhecimento da receita é efetuado à medida que as correspondentes despesas são incorridas.
- (d) Contribuição Social Ordinária - CSO Ressarcimentos
São registradas as receitas de viagens patrocinadas pelas unidades do SEBRAE/NA. A partir de 2014, o SEBRAE/NA passou a incorporar no cenário de recursos dos SEBRAE/UF como fonte "CSO-Ressarcimentos," no primeiro mês do exercício, crédito orçamentário estimativo para suportar a execução dos SEBRAE/UF, das unidades de gestão operacional (Gestão orçamentária e contabilidade, auditoria interna, jurídico, financeiro, operações, DIREX). A UGOC local disponibiliza o recurso orçamentário para a unidade demandante.

19 Receitas de empresas beneficiadas

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da prestação de serviços a terceiros, como treinamento, elaboração de projetos, consultoria, palestras, entre outros, conforme demonstrado:

	31/12/2016	31/12/2015
Consultoria	957	894
Feiras	126	327
Treinamentos	122	99
EMPRETEC	75	88
Outras	2	78
Palestras	56	42
Total	1.338	1.528

20 Receitas de convênios, subvenções e auxílios financeiros

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da utilização dos recursos recebidos de convênios firmados com o SEBRAE/NA e outras entidades, referente à execução de projetos pelo SEBRAE/AL.

	31/12/2016	31/12/2015
Convênio SEPLANDE/PAPL 01/2013	1.017	1.781
Convênio SEAGRI 06/2013	213	351
Convênio SEDETUR 06/2015	-	100
Convênio SEPLANDE/QUÍMICA E PLÁSTICO 05/2013	144	98
Convênio SEPLANDE/FIEA 06/2012	44	70
Convênio SEPLANDE/FILÉ 12/2012	-	1
Convênio SINDUSCON 08/2015	42	-
Convênio SINDIPAN 09/2015	33	-
Total	1.493	2.401

21 Outras receitas operacionais

	31/12/2016	31/12/2015
Reversão de provisões	949	1.062
Receitas exercícios anteriores	301	74
Alugueis	7	19
Outras	11	18
Recuperação e restituições de convênios	34	13
Variações monetárias ativas	2	5
Recuperação e restituições	43	1
Receitas na alienação de ativo imobilizado	36	-
Total	1.383	1.192

22 Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais

	31/12/2016	31/12/2015
Salário e proventos	(11.099)	(10.724)
Encargos sociais	(3.836)	(3.768)
Benefícios Sociais	(3.535)	(3.462)
Férias	(1.183)	(1.125)
13º. Salário	(868)	(833)
Outros gastos com pessoal	(93)	(93)
Total	(20.614)	(20.005)

Nesta rubrica são registradas as despesas com salários, rescisões, adicionais e outros proventos, bem como encargos e benefícios relacionados à folha de pagamento.

23 Despesas com serviços profissionais e contratados

Nesta rubrica são registradas as despesas de serviços de terceiros (Pessoa Jurídica e Física) que compreendem a contratação de consultoria, instrutores e serviços técnicos especializados diversos para atender os projetos coletivos e individuais, apresentando variações normais de acordo com a demanda dos projetos. São considerados na rubrica os serviços de manutenção, segurança e limpeza e os encargos sociais s/ serviços prestados.

	31/12/2016	31/12/2015
Instrutoria e Consultoria (a)	(9.895)	(17.147)
Demais serviços contratados (d)	(4.725)	(9.333)
Serviços técnicos e especializados (b)	(2.658)	(5.634)
Manutenção, segurança e limpeza (c)	(1.799)	(1.586)
Encargos sociais s/ serviços de terceiros	(20)	(25)
Total	(19.097)	(33.725)

- (a) Esse grupo de despesas engloba os serviços prestados por empresas de consultorias e instrutorias credenciadas por editais.
- (b) Esse grupo de despesas está representado, substancialmente, por serviços prestados por empresas de advocacia, estudos, pesquisas e análises técnicas, produção e edição de materiais audiovisuais, entre outros.
- (c) Essas despesas estão relacionadas com segurança, vigilância, limpeza, manutenção de equipamentos, instalações, veículos entre outros. O aumento no período deve-se aos seguintes fatores:
- (d) Essas despesas estão relacionadas com organização e promoção de eventos, locação de mão de obra, bolsa auxílio de estagiários, e contrato de patrocínio.

24 Custos e despesas com operacionalização

Nesse grupo são registrados todos os gastos com aluguéis de equipamentos, veículos, imóveis, publicidade, espaços para feiras, serviços gráficos, materiais de consumo, passagens e transportes, diárias e hospedagem, referente aos diversos projetos da Entidade.

	31/12/2016	31/12/2015
Despesa de viagem (a)	(1.962)	(5.437)
Serviços gráficos e de reprodução (b)	(1.004)	(2.339)
Demais custo e despesas gerais	(981)	(1.254)
Aluguéis e encargos	(607)	(1.188)
Divulgação, anúncios, publicidade e propaganda	(217)	(712)
Materiais de consumo	(499)	(684)
Serviço de comunicação em geral	(483)	(445)
Total	5.753	(12.059)

- (a) São registradas as despesas com viagens dos colaboradores relacionadas com as atividades desenvolvidas no SEBRAE/AL;
- (b) Esse grupo de despesas é composto de editoração gráfica, impressão gráfica, cópias reprográficas, cópias multimídia, confecção de materiais de promoção institucional e outros serviços gráficos e de reprodução.

25 Despesas com programas e convênios

Referem-se aos valores executados e comprovados em 2016, por meio de prestações de contas de parceiros, relativo a recursos de convênio, de acordo com a programação prevista no plano de trabalho do exercício.

	31/12/2016	31/12/2015
SEBRAE/PE - Convênio 12/2013	-	(611)
FIEA - 06/2014	-	(236)
Movimento Alagoas Competitiva - Convênio 03/2013	-	(231)
SINPLAST - Convênio 05/2013	(206)	(114)
SINDICER - Convênio 09/2014	-	(80)
FEJAL - Convênio 07/2013	-	(48)
NIEP - Convênio 08/2013	-	(24)
PINDORAMA - Convênio 12/2012	-	(24)
ASSOC JR Convênio 08/2014	(13)	(18)
FEJAL - Convênio 05/2014	(57)	-
SENAR - Convênio 01/2015	(124)	-
Movimento Alagoas Competitiva - Convênio 06/2015	(423)	-
ICTAL - Convênio 10/2011	(13)	-
SINDIPAN - Convênio 09/2015	(138)	-
FEDERALAGOAS - Convênio 05/2015	(173)	-
SINDUSCON - Convênio 08/2015	(130)	-
SINDICER - Convênio 09/2014	(88)	-
RMAL - Convênio 01/2014	(152)	-
Total	(1.517)	(1.386)

26 Resultado financeiro líquido

	31/12/2016	31/12/2015
Receitas financeiras		
Rendimentos recursos ordinários	1.124	1.373
Rendimentos recursos próprios	1.358	973
Subtotal	2.482	2.346
	31/12/2016	31/12/2015
Despesas financeiras		
Outras despesas	(104)	(86)
Subtotal	(104)	(86)
Total receita financeira líquida	2.378	2.260

27 Benefícios a empregados pós-emprego

27.1 Descrição geral das características do plano

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.g, o plano SEBRAEPREV possui benefícios de risco que podem gerar ganhos ou perdas atuariais. O plano possui as seguintes características:

Os benefícios de contribuição definida assegurados pelo plano SEBRAEPREV são:

Aposentadoria normal;

Aposentadoria antecipada;

Aposentadoria por invalidez;

Pensão por morte;

Institutos de auto patrocínio, benefício proporcional diferido e portabilidade.

Os benefícios de risco assegurados pelo plano SEBRAEPREV aos seus participantes são:

Projeção de contribuição em caso de invalidez;

Projeção de contribuição em caso de morte.

O referido plano não inclui:

Benefícios de demissão;

Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões; e

Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.

Para se calcular os valores envolvidos, o SEBRAE/AL contrata anualmente, por ocasião do encerramento do exercício social empresa especializada para cálculo de possíveis obrigações atuariais a serem contabilizadas em suas demonstrações financeiras. O balanço patrimonial é resumido conforme a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Valor justo dos ativos do Plano	140	112
Valor presente das obrigações atuarias	<u>(47)</u>	<u>(43)</u>
Superávit	<u>93</u>	<u>69</u>

Observado a Avaliação Atuarial do exercício de 2016 em conformidade com o CPC 33 (R1) e verificado a inexistência de Passivo Atuarial bem como de benefícios econômicos para o Patrocinador, não há reconhecimento de provisão de despesas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

As contribuições dos participantes e do patrocinador nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram:

*Serviço de Apoio às Micro e Pequenas
Empresas de Alagoas - SEBRAE/AL
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015*

	31/12/2016	31/12/2015
Participantes	<u>570</u>	<u>554</u>
Básica	301	301
Serviços passados	33	31
Voluntárias	236	222
Patrocinador	<u>313</u>	<u>314</u>
Básica	301	302
Benefícios de risco	<u>12</u>	<u>12</u>
Total	<u>883</u>	<u>868</u>

27.2 Reconhecimento das obrigações atuariais e contribuição do plano

Movimentação no valor presente das obrigações do benefício definido

	31/12/2016	31/12/2015
Obrigações do benefício definido em 1º de janeiro	(43)	(53)
Custos do serviço corrente e juros (veja abaixo)	(10)	(11)
Decorrentes de ajuste de experiência	9	18
Decorrentes de alterações premissas financeiras	<u>(3)</u>	<u>3</u>
Obrigações do benefício definido em 31 de dezembro	<u>(47)</u>	<u>(43)</u>

Movimentação no valor justo dos ativos do plano

	31/12/2016	31/12/2015
Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro	112	108
Contribuições pagas ao plano	13	12
Retorno esperado dos ativos do plano	19	17
Ganhos (Perdas) sobre os ativos do plano (excluindo a receita de juros) combinação de negócios	<u>(4)</u>	<u>(25)</u>
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro	<u>140</u>	<u>112</u>

Despesa reconhecida no resultado

	2016	2015
Custo do serviço corrente	(5)	(5)
Juros sobre obrigação	<u>(5)</u>	<u>(6)</u>
Retorno esperado dos ativos do plano	<u>5</u>	<u>6</u>

Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas na data do relatório são:

	31/12/2016	31/12/2015
Taxa real anual de juros	11,16% a.a.	12,77% a.a.
Projeção de crescimento real de salário	2,20% a.a.	2,16% a.a.
Taxa de inflação média anual	4,69% a.a.	5,00% a.a.
Expectativa de retorno dos ativos do plano	11,16% a.a.	12,76% a.a.

Premissas relacionadas à mortalidade são baseadas em tábuas de mortalidade divulgadas a seguir:

Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos - AT-2000M e AT-2000F

Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados - AT-2000M e AT-2000F

Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos – UP 94

Tábua de entrada em invalidez – Tasa 1927

Tábua de morbidez - N/A

O cálculo da obrigação referente aos benefícios de risco é sensível às premissas de mortalidade e entrada em invalidez descritas acima. Como as estimativas atuariais de mortalidade e invalidez são refinadas ano a ano, o aumento de um ano na expectativa de vida ou entrada em invalidez mostradas anteriormente são consideradas como sendo razoavelmente possíveis no próximo exercício.

28 Instrumentos financeiros - Gestão de riscos

Da mesma forma que em todos os outros negócios, a Entidade poderá estar exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Essa nota descreve os objetivos, políticas e processos da Entidade para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações financeiras.

A Entidade poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

Risco de crédito;

Risco de liquidez; e

Risco de mercado (taxa de juros).

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Entidade, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Entidade, dos quais surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa (inclui: caixa, contas bancárias e aplicações em fundos de investimento).

Contas a receber.

Contas bancárias e aplicações vinculadas a programas especiais.

Contas a pagar a fornecedores e outras.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de instrumentos financeiros ativos. O risco de crédito para a Entidade surge preponderantemente das disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em fundos de investimentos financeiros administrados pelo Banco do Brasil S.A. ou Caixa Econômica Federal. A Entidade julga que o risco de crédito é mitigado em razão da qualidade das instituições financeiras depositárias e pelo tipo de papel aplicado pelos fundos de investimento que são representados relevantemente por títulos públicos federais. Outros recebíveis são decorrentes de transação com o próprio Sistema SEBRAE, cujo risco de crédito é praticamente nulo.

A Entidade não contrata instrumentos financeiros derivativos para gerenciar o risco de crédito.

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e equivalentes de caixa	4	17.919	13.648
Aplicações financeiras	5	1.572	1.364
Valores a receber	6	347	292
Numerários vinculados a convênios e programas	7	447	1.635
Adiantamentos concedidos		506	509
Créditos com o Sistema SEBRAE	8	2.367	2
Transações com convênios a executar	9	1.797	1.885
Outros créditos	10	885	287
Total		25.840	19.622

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas

obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Em 31 de dezembro de 2016, o fluxo de pagamentos para os passivos financeiros da Entidade é apresentado a seguir (valores contábeis):

Passivos financeiros	Valor em 31/12/2016	Até 6 meses	1 ano	Mais de 1 ano
Benefícios a empregados de curto prazo e obrigações fiscais	929	929	-	-
Obrigações com convênios e contratos	674	-	674	-
Contas a pagar a fornecedores e outros	3.168	3.086	82	-
Obrigações trabalhistas	2.855	-	2.855	-
Obrigações com o Sistema SEBRAE (CP+LP)	3.608	2.702	613	293
Total	11.234	6.717	4.224	293

Passivos financeiros	Valor em 31/12/2015	Até 6 meses	1 ano	Mais de 1 ano
Benefícios a empregados de curto prazo e obrigações fiscais	970	970	-	-
Obrigações com convênios e contratos	957	-	957	-
Contas a pagar a fornecedores e outros	4.202	4.118	84	-
Obrigações trabalhistas	2.720	-	2.720	-
Obrigações com o Sistema SEBRAE	3.256	1.349	1.018	889
Total	12.105	6.437	4.779	889

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não há inadimplência de pagamento de obrigações pela Entidade.

Risco de mercado (taxa de juros)

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Entidade vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados, relevantemente, pelos papéis aplicados por meio de fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Conforme comentado na Nota Explicativa nº 4, as aplicações por meio dos fundos de investimento são relevantemente efetuadas em títulos públicos federais, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

Adicionalmente, para a gestão dos investimentos financeiros, o Sistema SEBRAE por meio do SEBRAE Nacional possui contrato de prestação de serviços com consultoria técnica externa que efetua acompanhamento periódico do comportamento dos títulos e valores mobiliários constantes nas carteiras dos fundos de investimentos, bem como da rentabilidade auferida mensalmente em comparação com os principais indicadores financeiros de mercado.

A Entidade não tem operações atreladas à variação da taxa de câmbio.

Análise de sensibilidade

Conforme disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, o SEBRAE/AL desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros da Entidade (Nota Explicativa nº 28) que estão sujeitos às oscilações nas taxas DI, os quais, conforme informações de empresa terceirizada contratada, não estão sujeitos às oscilações nas taxas de TJLP e IGP-M. A Entidade estima com base na taxa futura da BOVESPA que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2017, a taxa DI será de 10,25% no ano. A Entidade fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma baixa nas taxas de 10% e 20% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

	<i>(Em milhares de Reais)</i>
Demonstrativo dos valores aplicados:	
Caixa e equivalentes de caixa	17.864
Aplicações financeiras	1.572
Numerários vinculados a convênios e programas	445
Totais	19.881

Tabela para Análise de Sensibilidade 2016 e 2017

Abaixo apresentamos a tabela para os anos de 2016 e 2017 com os resultados estimados de sensibilidade para elevação da taxa DI diante dos cenários provável, possível e remoto.

		Cenários projetados - Base 31/12/2017		
	Exposição (R\$ mil)	Provável	Possível - 10%	Remoto - 20%
Alta da variação da taxa DI		10,25%	9,22%	8,20%
Efeito da variação da taxa DI	19.881	2.038	1.833	1.630
		10,27%	9,25%	8,22%
		Cenários projetados - Base 31/12/2018		
	Exposição (R\$ mil)	Provável	Possível - 10%	Remoto - 20%
Baixa da variação da taxa DI		9,0%	8,10%	7,20%
Efeito da variação da taxa DI	19.881	1.789	1.610	1.431
		9,02%	8,12%	7,22%
Impactos no resultado			31/12/2018	31/12/2017
Cenário Possível - Cenário Provável DI			-179	-205
Cenário Remoto - Cenário Provável DI			-358	-408

3.3.2 - EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA COM TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

Visão gerencial dos instrumentos de transferência e dos montantes transferidos

O quadro abaixo contempla a quantidade de instrumentos por modalidade de transferência e os respectivos valores repassados nos últimos três exercícios, sendo que os valores se referem à totalidade, e não somente aos instrumentos celebrados em cada exercício.

Tabela 08 – Resumo dos instrumentos de convênios celebrados e do montante transferido nos últimos três exercícios

Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios						
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio	4	6	7	1.559.745,33	1.488.884,12	2.003.453,36
Contrato de repasse	---	---	---	---	---	---
Totais	4	6	7	1.559.745,33	1.488.884,12	2.003.453,36
Nota: Dados extraídos da Planilha Demonstrativo de Recursos Mediante Convênios, anos 2014/2015/2016.						
Fonte: Unidade de Administração e Finanças						

Visão gerencial da prestação de contas dos recursos pelos recebedores

O quadro abaixo visa a demonstrar a situação gerencial da prestação de contas pelos recebedores dos recursos transferidos pelo SEBRAE/AL. A data considerada para identificar a prestação ou não das contas é 31 de dezembro de cada exercício.

Tabela 09 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UPC na modalidade convênio

Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres.				
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Contratos de repasse
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	4	---
		Montante Repassado	1.089.395,00	---
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1	---
		Montante Repassado	276.234,00	---
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	---
		Montante Repassado	0	---
Notas: 1. Convênios c/prestação de contas prestadas em 2016: 08/14 – JUNIOR ACHIEVEMENT, 10/11 – ICTAL, 06/15-MAC, 05/13-SINPLAST. 2. Convênios c/prestação de contas não prestadas em 2016: 09/14-SINDICER. Apresentou a prestação de contas em janeiro/2017. 3. Este quadro indica somente as prestações de contas finais, considerando o montante dos valores repassados durante toda a vigência do instrumento. 4. Dados extraídos da Planilha Demonstrativo de Recursos Mediante Convênios, ano: 2016				
Fonte: Unidade de Administração e Finanças				

Visão gerencial da análise das contas prestadas

O quadro a seguir contempla informações sobre a análise de contas, pelo SEBRAE/AL através do Núcleo de Convênios e Contratos, que foram apresentadas no exercício de 2016.

Tabela 10 – Situação da análise das contas prestadas em 2016

Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão			
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos	
		Convênios	Contratos de repasse
Contas analisadas	Quantidade aprovada	10	---
	Quantidade reprovada	3	---
	Quantidade de TCE instauradas	0	---
	Montante repassado (R\$)	1.802.112,83	---
Contas NÃO analisadas	Quantidade	0	---
	Montante repassado (R\$)	0	---
Notas:			
1. Convênios c/prestação de contas reprovadas até 31/12/2016: 04/14-FAPEC, 09/14- SINDICER, 01/16 – IEL, os quais estão aguardando a resolução de pendências.			
2. Dados extraídos da Planilha Demonstrativo de Recursos Mediante Convênios, ano 2016			
Fonte: Unidade de Administração e Finanças			

A tabela abaixo demonstra o perfil dos atrasos na análise das prestações de contas de recursos repassados pelo SEBRAE/AL, considerando os dias de atraso em relação à data em que deveriam ter sido concluídas as análises das contas prestadas.

Tabela 11 – Perfil de atraso na análise das contas prestadas em 2016

Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	13	---	---	---	---
Contratos de repasse	---	---	---	---	---
Notas:					
1 . O prazo de análise atualmente estabelecido é de 15 dias da data de recebimento da prestação de contas.					
2 . Dados extraídos do Controle – Quantidade de dias de atraso na análise de prestação de contas – Convênios					
Fonte: Unidade de Administração e Finanças					

Análise crítica

Os convênios são instrumentos jurídicos utilizados pelo SEBRAE/AL que permitem firmar parcerias com entidades públicas, privadas ou entes governamentais que tem interesses complementares ao seu, otimizando, assim, a utilização de recursos públicos.

O SEBRAE/AL recebeu por delegação legal executar políticas públicas de apoio às micro e pequenas empresas, ampliando sua capilaridade para atingir o maior número possível de empresários e/ou com projetos mais focados a cada um dos segmentos de mercado.

Os objetivos do SEBRAE/AL, quando das formalizações dos convênios através das ações finalísticas de seus projetos e programas, é atuar em sinergia com outras entidades firmando parcerias de interesses mútuos no desenvolvimento do Estado de Alagoas, buscando atingir o resultado direcionado à sua missão que é a de **“Promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios e fomentar o empreendedorismo, para fortalecer as economias alagoana e nacional”**.

Para tanto, o “Processo de Convênios” perpassa pela Diretoria Executiva (DIREX); pelas Áreas Finalísticas, com a qual o convênio estará ligado ao projeto; pela Unidade de Assessoria Jurídica (UASJUR); e pela Unidade de Administração de Finanças (UAF).

Para cada convênio celebrado existe uma pessoa da Área Finalística, que é o “**Gestor Técnico do Convênio**”, o qual é responsável pela fiscalização “in loco” da execução das ações físicas do convênio, tendo ele a obrigação de emitir o “Parecer Técnico” das ações realizadas em cada prestação de contas efetuada pelo parceiro.

O Núcleo de Convênios e Contratos é um setor específico, subordinado à Unidade de Administração e Finanças, criado em março/2011, que é o responsável pelo “Processo de Convênios”, possuindo uma estrutura composta por 02 (dois) profissionais, analistas técnicos, com formação superior em Ciências Contábeis, tendo a responsabilidade de monitorar os recursos repassados a título de Transferências de Convênios. A partir de maio/2015 o Núcleo de Convênios e Contratos assumiu, também, as atividades do “Processo de Patrocínio”.

Com relação às atividades do “Processo de Convênios”, o Núcleo de Convênios e Contratos é responsável pelas seguintes tarefas:

- a) Análise dos planos de trabalho;
- b) Análise das prestações de contas parciais e finais;
- c) Análise dos remanejamentos de rubricas;
- d) Análise das liberações das parcelas;
- e) Análise das prorrogações de prazos;
- f) Consultorias aos parceiros convenientes e clientes internos; e
- g) Elaboração de planilhas de controles.

Atualmente, os convênios estão adstritos à Instrução Normativa nº. 07-04 “Convênios do SEBRAEAL”, implantada desde novembro de 2008, com revisões periódicas quando necessárias, sendo a última revisão datada de novembro de 2013.

Os repasses financeiros são feitos em no mínimo duas parcelas, visando assegurar a efetividade na aplicação dos recursos e a diminuição dos riscos de perdas financeiras. A primeira parcela é repassada após a assinatura do instrumento do convênio, e as demais parcelas somente com a apresentação e aprovação da prestação de contas de no mínimo 80% dos recursos da parcela anterior.

O Núcleo de Convênios e Contratos é o responsável em verificar a conformidade nas liberações das parcelas dos convênios, emitindo pareceres favoráveis, ou não, acerca de fatos que impeçam a liberação dos recursos, bem como, interage com os envolvidos no processo para a resolução das pendências.

Conjuntamente as Unidades Gerenciais Finalísticas, através dos Gestores Técnicos dos convênios, e o Núcleo de Convênios e Contratos, vem adotando medidas preventivas para sanear as transferências de recursos na situação de prestação de contas inadimplentes, atuando de forma preventiva para neutralizar as situações de inadimplências, aplicando procedimentos operacionais, tais como:

- a) Encaminhamento de e-mails para o parceiro, alertando sobre os prazos;
- b) Contatos telefônicos com os envolvidos no processo, alertando-os sobre as situações de riscos;

- c) Remessa de cartas formais, no caso de não resolver a situação por e-mail ou telefone;
- d) Reuniões com os parceiros e gestores técnicos com a finalidade de sanear as pendências existentes;
- e) Assessoria aos parceiros na resolução de pendências de prestações de contas, bem como, na devolução de recursos remanescentes, atualizados em conformidade com a legislação vigente e aplicação de penalidades contidas no instrumento pactuado.

Com essa metodologia, o SEBRAE/AL tem logrado êxito na condução e solução dos casos de inadimplências nas prestações de contas em nossos convênios. No decorrer dos últimos 03 (três) exercícios a média anual de repasses de recursos financeiros a título de Transferência de Convênios ficou em torno de **R\$ 1.684 Mil**.

Em 2016 os repasses de recursos foram de **R\$ 1.560 Mil** representando **3,18%** do total das despesas realizadas (R\$ 48.999 Mil). Em 2015 o montante repassado foi de **R\$ 1.489 Mil** representando **2,16%** do total das despesas (R\$ 69.061 Mil). Em 2014 os repasses foram de **R\$ 2.003 Mil** representando **3,43%** das despesas realizadas (R\$ 58.359 Mil). As oscilações são consideradas normais, visto que estão diretamente ligadas às execuções de novos projetos finalísticos ou encerramento de projetos no decorrer de cada ano.

Na análise dos três últimos exercícios, o comportamento dos prazos das apresentações das prestações de contas demonstra que os mesmos estão sendo cumpridos, frente ao prazo regulamentar de **45** (quarenta e cinco) dias após o vencimento do convênio. Esse prazo é extrapolado em um ou outro caso, mesmo assim, com as interações feitas, o SEBRAE/AL tem logrado êxito nas apresentações das prestações de contas, bem como, na execução das ações por parte dos parceiros convenientes. Tanto que ao final de 2016 não temos nenhuma situação que representem risco de prejuízos para a Instituição no que concerne às parcerias em convênios.